

OS TEXTOS E OS CONTEXTOS ¹ AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

MARGARIDA FERNANDES

*Departamento de Antropologia e Centro de Estudos de Culturas Lusófonas (CECLU)
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*

Numa perspectiva antropológica, ao considerar a literatura, e a arte em geral, como produtos culturais – artefactos – e o autor como um actor social, é legítimo questionar quer as formas de produção quer as condições em que ela ocorre.

Como refere Giovanni Ricciardi,

“Uma vez que todo o escritor é membro da sociedade, podemos estudá-lo como um ser social. Além da biografia e das suas obras, fonte primeira e imediata para a compreensão de um autor, a análise pode e tem de se estender, em globo, ao meio de que ele provém e no qual vive.... O escritor é, pois, um criador, mas, ao mesmo tempo, a sua obra está, toda ela, mergulhada no momento histórico que a origina.” (Ricciardi, 1971:80).

A Antropologia, enquanto ciência social, surge com o propósito de estudar os povos e, em particular o “outro”, os povos “sem história” e “sem escrita”. Apesar de ter alargado os horizontes quanto ao seu objecto de estudo, a Antropologia tem privilegiado a literatura oral nas suas análises, remetendo a literatura escrita para a Sociologia da Literatura (Cf. Venâncio, 1987:9). A constatação de que todos os povos têm história e o crescente uso da escrita obriga, necessariamente, a repensar as fontes de que o antropólogo se socorre.

Mais do que produto de um momento histórico, as literaturas africanas, e não só as de língua portuguesa, transportam em si uma matriz da oralidade na forma como se escrevem, o que constitui a marca de culturas em que a palavra dita se impõe, quer na poesia quer na prosa. (Cf. Leite, 1998).

Portador de experiências e influências diversificadas, o autor reflecte-as no acto de criação, mesmo que o faça por antítese. Como afirma Alberto Carvalho “(...) não tem qualquer sentido defender que as ideias e a verdade de um texto literário são entidades preexistentes e autónomas em relação ao texto que as engendra ao mesmo tempo que as profere.” (Carvalho, 1985[1984]:216). Perceber quem escreve, o que escreve, como escreve e para quem escreve, bem como as condições da produção e da divulgação da obra literária, tornam-se, assim, relevantes para a Antropologia.

¹ Esta reflexão insere-se no âmbito de um projecto de investigação do Centro de Estudos de Culturas Lusófonas da FCSH/UNL que tem como objectivo genérico explorar as representações de Portugal e dos portugueses nas literaturas africanas de língua portuguesa.

Mário de Andrade, referindo-se à poesia africana na época colonial, aponta as “(...) condições (materiais, sociais e ideológicas) que presidiram à sua eclosão: um espaço de audiência limitado, [e a] utilização quase exclusiva da língua do colonizador (...). Decerto ela não atingiu directamente as largas massas populares, mas contribuiu para que os seus problemas fossem assumidos pelos núcleos de leitores em situação de ruptura com o assimilacionismo.” (Andrade 1980[1976]):10). A literatura militante, produzida por uma elite letrada e politizada, articula-se com os movimentos de libertação nacional e desempenharia funções de denúncia e de protesto. Do impacto desta poesia junto dos leitores, quer africanos quer europeus, resulta, segundo o mesmo autor, “(...) a proibição, da edição de obras que encarnavam de perto ou de longe os sentimentos populares.” Andrade (1980[1976]):10).

Se por um lado as literaturas africanas são produto de uma elite que, na sua maioria, se opõe à alienação provocada pela situação colonial, não é realista pensar que todos o fizeram em todas as épocas. O sistema colonial tem em si contradições que não se podem explicar de ânimo leve. A aculturação e as estratégias de assimilação reflectiram-se, também elas, na produção literária. A tomada de consciência do papel subalterno que esta elite ocupava foi germinando e acabou por se afirmar através da construção de uma literatura que reclama para si uma identidade cultural e uma consciência nacional. (Cf. Ferreira, 1989:30/1).

Manuel Ferreira, ressaltando a rigidez que um modelo deste tipo contém, indica quatro “(...) momentos essenciais da evolução das literaturas africanas de língua portuguesa em relação ao fenómeno da dependência e individualidade.” (Ferreira, 1989:33):

Num momento inicial predomina a alienação e os modelos europeus. Para citar apenas um exemplo, é este o caso do romance *O Escravo* de José Evaristo de Almeida, escrito em 1856, e considerado o primeiro romance caboverdiano.

O segundo momento, é ainda marcado pela alienação mas há uma consciência regionalista e descrições que têm em conta a meio social, geográfico e cultural. Será este o caso do *nativismo* e de grande parte dos textos publicados na revista *Clareza*.

Num terceiro momento, a tomada de consciência da sua condição de colonizado liberta o autor que traz para as suas obras as “(...) raízes profundas da realidade social nacional entendida dialecticamente.” É aqui que se insere a produção dos autores militantes.

E, por último, num quarto momento, com a independência nacional. “(...) é de todo eliminada a dependência dos escritores africanos e reconstituída a sua plena individualidade.” (Ferreira, 1989:35).

Note-se que o autor tinha, exclusivamente, como ponto de referência à dominação colonial. Outras fontes de alienação e de dependência serão relevantes para o quarto momento e nos que se lhe seguirão.

A actual literatura africana escrita em português une um conjunto de autores que partilham uma sinergia cultural a que corresponde uma longa história comum feita

de encontros e desencontros. Se o contacto entre culturas diversas nem sempre foi pacífico, a língua portuguesa, apesar da forma como se divulgou, e se tornou veículo de uma cultura imposta, acabou por transformar-se, de mais uma forma de aculturação e de opressão imposta pelo colonizador, em expressão de resistência que permitia, não só romper as barreiras do território em que eram produzidas como ultrapassar as dificuldades de contacto entre os vários grupos culturais que partilham o mesmo espaço mas utilizam línguas diversas tornando-se, assim, numa *língua franca*.

A língua do poder deu lugar ao poder da língua. O veículo de transmissão da mensagem viu-se assim subvertido e transformado em forma de expressar a resistência para além dos limites do espaço geográfico imediato que a transmissão oral permitia.

O percurso histórico do continente africano está indissociavelmente ligado ao processo colonial. Os actuais países são entidades políticas com fronteiras traçadas com base nos territórios delimitados pelo expansionismo europeu. O ideal nacionalista poderá ter unido os vários povos colonizados contra o inimigo comum mas a unidade nacional, tal como o pan-africanismo e a negritude, não passariam de utopias ilusórias e efémeras que se reflectiam nos discursos ideológicos dominantes entre as elites dos movimentos de libertação.

As alterações resultantes do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 viriam a promover as condições necessárias para a independência dos países Africanos colonizados por Portugal. O discurso em defesa de uma unidade nacional – inicialmente construído no contexto das lutas de libertação e defendida ainda nos primeiros tempos após a independência – ver-se-ia reforçado, à revelia de outros valores relacionados com a variedade cultural correspondente aos povos que, com modos de vida diversos, coabitam os espaços geográficos desses países plurinacionais com nações transfronteiriças.

Os direitos de cidadania, mesmo quando formalmente consagrados, não se distribuem de modo uniforme em país nenhum do mundo – seja ele africano ou não. No caso dos Estados plurinacionais, que emergiram após os processos de independência, as elites dirigentes surgem frequentemente associadas a grupos que eram já privilegiados durante o período colonial – aqueles que tinha acesso ao ensino e ao poder económico – e que reuniam as condições para se poderem constituir a *intelligentsia* necessária à formação do aparelho do Estado pós-colonial. Para Pires Laranjeira,

“A edificação das literaturas africanas de língua portuguesa acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e que politicam. E fazem-no em português, domesticando a língua em função das suas virtualidades e finalidades, criando literaturas nacionais numa língua internacional.” (Laranjeira, 1992:14)

Muitos dos que escrevem constituíram as bases para a formação de uma elite cultural e política mas não é linear que todos os quadros políticos fossem escritores, nem que todos os escritores ocupassem cargos na estrutura do poder de Estado.

Se o discurso da unidade foi encorajado no período da luta pelas independências o apelo à diversidade e à identidade cultural e étnica passou a ser usado, pelas várias forças políticas, como forma de angariar apoios para a sua ascensão ao poder. Em qualquer sociedade, como refere Goldmann, “Os dominadores não podem existir sem os dominados, visto que a existência destes últimos os constitui enquanto dominadores. Como é óbvio, o mesmo se passa para o inverso...” (Goldmann, 1972[1966]:58). Apesar do discurso que valoriza a etnicidade e o multiculturalismo não se verifica o encorajamento de uma produção literária concomitante nas línguas não oficiais.²

A fragmentação do poder hegemónico assenta, assim, na tentativa de manipular ideologicamente o sentido de pertença a um “tipo ideal”, atribuindo-lhe um carácter potencialmente imutável, “genuíno” ou “autêntico”, de “raízes tradicionais” que, na melhor das hipóteses, remete para o exotismo mesmo que, para tanto, seja necessário “inventar a tradição” (Cf. Hobsbawm e Ranger, 1983). Este apelo à tradição, à autenticidade e à identidade étnica e cultural é uma mistura explosiva que tem servido, sobretudo, para alimentar guerras fratricidas – de que resultam milhões de mortos, aleijados e refugiados – e, como que por ironia, fomenta o genocídio cultural. (Cf. Maalouf, 1999[1998]).

Se a literatura de ficção não reflecte necessária e objectivamente a realidade ela é, sem dúvida, uma forma de expressar pontos de vista e de fazer passar conteúdos ideológicos que – não sendo convergentes e opondo-se, por vezes, aos discursos dominantes – acabam por influenciar as formas de pensar, agir e sentir de importantes sectores da população.

Não estando a literatura de ficção sujeita aos constrangimentos dos relatos factuais, podendo até recusá-los como defende José Eduardo Agualusa ao afirmar que “... quantos menos factos melhor, a realidade atrapalha a ficção.” (Agualusa, 2000:57), a literatura constrói um discurso relevante e com sentido onde os elementos ficcionais enquadram de forma alterada elementos próximos do mundo real, o que proporciona legitimidade simbólica e estruturante à obra literária. Para Ruy Duarte de Carvalho “...(a ficção como processo sempre me assustou, mesmo sabendo que nenhuma ficção o é. Uma acção que se invente é sempre uma acção possível, real, portanto.)” (Carvalho, 1992[1977]:20)

Quando obras, tanto em prosa como em verso, são alvo de censura e são capazes de levar os seus autores para o exílio ou para a prisão, quando não para a morte – como no caso recente do escritor Ogoni, Ken Sarawiva, na Nigéria, entre outros –, podemos inferir que o carácter incómodo de que se revestem estes discursos revela a importância da literatura escrita como forma de resistência. Vários autores defen-

² São escassas as obras publicadas nos PALOP em outras línguas que não o português. Isso deve-se por certo à escassez de leitores que uma tal opção implicaria. Apesar disso algumas excepções confirmam a regra. No caso do crioulo de Cabo Verde – que até há bem pouco tempo não tinha sequer uma grafia uniforme – foram surgindo algumas obras de vulto integralmente escritas em crioulo. É o caso do romance *Odju d’agu* de Manuel Veiga.

dem que a “«(...)cultura, longe de ser ornamento, é, antes de mais, consciência»” (Teixeira de Sousa citado por Carvalho, 1985[1984]:215),³ e assumem as suas responsabilidades perante a sua terra e as suas gentes, utilizando os meios de que dispõem para lhes dar voz.

Fará algum sentido a afirmação de Eugénio Lisboa quando defende que

“... O criador verdadeiro, por natureza, é incómodo e inquieta. Ai do autor que o poder acolhe de braços abertos! Ai do autor que acolhe o poder de braços abertos! Ai do autor e ai do poder que mutuamente se acolhem! E ai de nós todos, quando a tal espectáculo tivermos que assistir!” (Lisboa, 1987[1985]:70).

O colonialismo terá, incontestavelmente, alterado o curso da história dos povos que subjugou, ter-lhes-à imposto uma língua e uma cultura, mas esse processo é irreversível. As nações africanas de língua oficial portuguesa são, para o bem e para o mal, o resultado dessa experiência de séculos. As marcas da presença de um poder dominador estão indelevelmente marcadas nesses povos e não pode haver um retorno às origens que apague, como que por magia, a herança colonial. Não se apagarão estas influências como não se apagam outras páginas da história dos povos, quaisquer que sejam as circunstâncias em que tenham ocorrido e sejam quais forem as suas consequências.

Os processos históricos e políticos foram afastando, gradualmente, a realidade desses países da sua herança colonial não deixando, no entanto, de fazer apelo a um passado não muito distante para afirmar uma demarcação cada vez maior desse longo período histórico. Assim, a literatura de ficção – inevitavelmente mais interessada nas dinâmicas internas dos seus próprios países e na realidade das suas gentes, bem como das pressões externas e internas resultantes da evolução das conjunturas a nível mundial que influenciam os quotidianos – vai procurando outros caminhos.

Se a literatura de ficção pode contribuir para uma leitura da realidade e ser mais do que um mero pano de fundo para uma abordagem antropológica é exactamente porque, no processo de criação literária, como defende Jean Copans, “O escritor vai-se transformando em investigador para descrever uma certa realidade utilizando os documentos e as técnicas do trabalho de campo.” (Copans, 1981[1971]:37).

Bibliografia citada

AGUALUSA, JOSÉ EDUARDO (2000) *Um Estranho em Goa*, Lisboa, Cotovia

ANDRADE, MÁRIO DE (1980[1976]) *Na Noite Grávida de Punhais: Antologia Temática de Poesia Africana 1*, (3ª Edição), Praia, Instituto Caboverdiano do Livro

³Teixeira de Sousa, “Homens de Hoje”, *Certeza*, nº 3, S. Vicente, Janeiro de 1945, p. 3, (Número retido na tipografia pela Censura)

- CARVALHO, ALBERTO DUARTE (1985[1984]) “Emergência do Discurso da Agressividade na Poesia Caboverdiana”, Actes du Colloque International, Paris, 28-29-30 Nov., 1 Dec. 1984 in *Les Litteratures Africaines de Langue Portugaise: A la recherche de l'identité individuelle et nationale*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 215-224
- CARVALHO, RUY DUARTE DE ((1992[1977]) *Como se o mundo não tivesse Leste*, Lisboa, Vega
- COPANS, JEAN (1981[1971]) *Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas?*, Lisboa, Edições 70
- FERREIRA, MANUEL (1989) *O discurso no percurso africano I*, Lisboa, Plátano Editora
- GOLDMANN, LUCIEN (1972[1966]) “O teatro de Genet: ensaio de estudo sociológico” in Lucien Goldmann et al. *Sociologia da Literatura*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 41-81
- HOBBSBAM, ERIC; RANGER, TERENCE (1983) *The Invention of Tradition*, CUP. Cambridge
- LARANJEIRA, PIRES (1992) *De letra em riste: Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Porto, Edições Afrontamento
- LEITE, ANA MAFALDA (1998) *Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Colibri
- LEITE, ANA MAFALDA (1987[1985]) “A discursividade Épica em *Mayombe* de Pepetela”, in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Acarte), pp. 35-43
- LISBOA, EUGÉNIO (1987[1985]) “A Doença Infantil do Pessimismo” in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Acarte), pp. 67-71
- MAALOUF, AMIN (1999[1998]) *Identidades Assassinas*, Lisboa, Difel
- RICCIARDI, GIOVANNI (1971) *Sociologia da Literatura*, Mem Martins, Publicações Europa América
- VENÂNCIO, JOSÉ CARLOS (1987) *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*, Lisboa, Ulmeiro